

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.636.299	1.628.226
1.01	Ativo Circulante	124.537	124.637
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.480	18.541
1.01.03	Contas a Receber	57.538	48.815
1.01.03.01	Clientes	57.538	48.663
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	152
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.209	4.009
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.209	4.009
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.296	1.335
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.014	51.937
1.01.08.03	Outros	40.014	51.937
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	39.983	51.937
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	31	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.511.762	1.503.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.348	26.066
1.02.01.07	Tributos Diferidos	12.551	13.023
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.551	13.023
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	12.359	12.993
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	438	50
1.02.01.10.03	Outros Ativos	438	50
1.02.03	Imobilizado	1.475.675	1.466.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.433.687	1.457.944
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.988	8.515
1.02.04	Intangível	10.739	11.064
1.02.04.01	Intangíveis	10.739	11.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.636.299	1.628.226
2.01	Passivo Circulante	147.899	123.644
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61	56
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61	56
2.01.02	Fornecedores	24.866	32.852
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.866	32.852
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.982	3.131
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.401	540
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	338	0
2.01.03.01.02	Inss	119	107
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.885	402
2.01.03.01.04	Outros	59	31
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.424	2.431
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	157	160
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.941	49.150
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.884	46.854
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.884	46.854
2.01.04.02	Debêntures	5.057	2.296
2.01.05	Outras Obrigações	2.609	2.609
2.01.05.02	Outros	2.609	2.609
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.609	2.609
2.01.06	Provisões	63.440	35.846
2.01.06.02	Outras Provisões	63.440	35.846
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.647	3.780
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.416	1.416
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	53.937	27.391
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.056	3.156
2.01.06.02.07	Credores diversos	384	103
2.02	Passivo Não Circulante	626.327	662.305
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	613.226	632.548
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	336.731	357.869
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	336.731	357.869
2.02.01.02	Debêntures	276.495	274.679
2.02.02	Outras Obrigações	0	16.000
2.02.02.02	Outros	0	16.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.000
2.02.04	Provisões	13.101	13.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.419	1.296
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.376	1.253
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	43	43
2.02.04.02	Outras Provisões	11.682	12.461
2.03	Patrimônio Líquido	862.073	842.277
2.03.01	Capital Social Realizado	807.081	791.081
2.03.04	Reservas de Lucros	51.196	51.196
2.03.04.01	Reserva Legal	4.069	4.069
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.242	44.242

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.885	2.885
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.796	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.376	103.042	49.293	94.971
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.190	-68.743	-29.709	-51.676
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.827	-9.629	-4.931	-9.908
3.02.02	Outros custos operacionais	-2.977	-5.832	-2.900	-4.367
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.339	-18.700	-9.365	-18.477
3.02.04	Uso do bem publico	-93	-187	-93	-187
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-26.647	-30.228	-10.525	-15.790
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-3.307	-4.167	-1.895	-2.947
3.03	Resultado Bruto	11.186	34.299	19.584	43.295
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-706	-1.334	-1.004	-1.877
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-706	-1.334	-1.027	-1.900
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-99	-199	-99	-199
3.04.02.06	Administrativas e gerais	-581	-1.073	-894	-1.632
3.04.02.07	Pessoal	-26	-62	-34	-69
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	23	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.480	32.965	18.580	41.418
3.06	Resultado Financeiro	-13.278	-28.359	-12.340	-28.021
3.06.01	Receitas Financeiras	949	2.002	1.346	2.518
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.227	-30.361	-13.686	-30.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.798	4.606	6.240	13.397
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	514	-810	-2.391	-4.798
3.08.01	Corrente	220	-338	-1.672	-3.355
3.08.02	Diferido	294	-472	-719	-1.443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.284	3.796	3.849	8.599
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.284	3.796	3.849	8.599
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00300	0,00500	0,00500	0,01100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.284	3.796	3.849	8.599
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.284	3.796	3.849	8.599

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.417	42.856
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.705	60.594
6.01.01.01	Lucro do periodo	3.796	8.599
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.086	18.863
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	472	1.443
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	31	234
6.01.01.05	Encargos de dívidas	28.927	30.356
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	39	62
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	0	-12
6.01.01.08	Atualização monetária - impostos a recuperar	-120	-60
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social correntes	338	3.355
6.01.01.10	Receita de aplicações financeiras	-1.497	-2.246
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	633	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.539	-16.175
6.01.02.01	Impostos a compensar	1.952	1.854
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-961	-493
6.01.02.04	Fornecedores	-7.984	-4.161
6.01.02.05	Salários e obrigações	5	85
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	1.513	462
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-448	-752
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	121	-106
6.01.02.09	Contas a receber	-8.875	-11.800
6.01.02.10	Encargos sociais	1.809	1.052
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-1.116	-3.096
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	-291	-593
6.01.02.13	Contingências	123	747
6.01.02.15	Outros ativos não circulantes	-387	626
6.01.03	Outros	-749	-1.563
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-749	-1.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.980	-17.003
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-23.521	-16.400
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-1.188	-603
6.02.04	Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários	36.689	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-45.458	-25.743
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	16.000
6.03.03	Empréstimos tomados	1.002	0
6.03.04	Amortização de principal e pagamento de juros de financiamento	-46.460	-41.743
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.939	110
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.541	9.658
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.480	9.768

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.000	0	0	0	0	16.000
5.04.01	Aumentos de Capital	16.000	0	0	0	0	16.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796	0	3.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796	0	3.796
5.07	Saldos Finais	807.081	0	51.196	3.796	0	862.073

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.742	0	0	0	0	4.742
5.04.01	Aumentos de Capital	4.742	0	0	0	0	4.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.599	0	8.599
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.599	0	8.599
5.07	Saldos Finais	788.571	0	67.373	-18.984	0	836.960

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	115.723	105.577
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	115.723	105.554
7.01.02	Outras Receitas	0	23
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.642	-33.459
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.642	-33.459
7.03	Valor Adicionado Bruto	66.081	72.118
7.04	Retenções	-19.086	-18.863
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.086	-18.863
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.995	53.255
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.002	2.518
7.06.02	Receitas Financeiras	2.002	2.518
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.997	55.773
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.997	55.773
7.08.01	Pessoal	331	520
7.08.01.01	Remuneração Direta	227	339
7.08.01.02	Benefícios	78	78
7.08.01.03	F.G.T.S.	26	103
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.249	15.804
7.08.02.01	Federais	14.249	15.804
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.621	30.850
7.08.03.01	Juros	28.929	30.356
7.08.03.02	Aluguéis	260	311
7.08.03.03	Outras	1.432	183
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.796	8.599
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.796	8.599

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2018, compreendendo o balanço patrimonial levantado nesta data, as respectivas informações contábeis intermediárias do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Comentário do Desempenho

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do

Comentário do Desempenho

Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	30/06/2018	30/06/2017	Variação %
Receita operacional bruta	115.723	105.554	9,6%
(-) Deduções da receita operacional	(12.681)	(10.583)	19,8%
Receita operacional líquida	103.042	94.971	8,5%
(-) Custos operacionais	(68.743)	(51.676)	33,0%
Lucro bruto	34.299	43.295	-20,8%
(-) Despesas/receitas operacionais	(1.334)	(1.877)	-28,9%
(-) Despesas/receitas financeiras	(28.359)	(28.021)	1,2%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	4.606	13.397	-65,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(338)	(3.355)	-89,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(472)	(1.443)	-67,3%
Lucro do período	3.796	8.599	-55,9%
Ativo total	1.636.299	1.620.260	1,0%
Investimentos	1.486.414	1.496.763	-0,7%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 103 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, em comparação aos R\$ 94,9 milhões do mesmo período de 2017. A variação positiva de 8,5% é principalmente pelo aumento na liquidação da CCEE conforme demonstrado na nota explicativa nº 21 – Receita Operacional Líquida.

Os custos operacionais do período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 apresentam variação positiva de 33% se comparado ao mesmo período findo em 30 de junho de 2017, justificada pelo aumento da provisão de ajuste negativo na liquidação da CCEE. As despesas operacionais do período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, apresenta redução de -28,9% quando comparado ao mesmo período do exercício de 2017, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros. Os custos e despesas operacionais, são demonstrados na nota explicativa nº 22 – Custos e Despesas Operacionais.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes estão em linha com o resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Comentário do Desempenho

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro do período	3.796	8.599
(+) Resultado financeiro	28.359	28.021
(+) Depreciação e amortização	19.086	18.863
(+) IR/CS correntes	338	3.355
(+) IR/CS diferidos	472	1.443
(=) EBITDA	52.051	60.281

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.941)	(49.150)
Não circulante	(613.226)	(632.548)
Dívida total	(665.167)	(681.698)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	61.463	70.478
Dívida líquida	(603.704)	(611.220)
Patrimônio líquido	862.073	842.277
Índice de endividamento líquido	0,70	0,73

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 30 de junho de 2018 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 05 colaboradores.

Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos Programas já realizados:

- Programa de resgate de fauna;
- Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
- Programa de qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
- Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
- Programa de monitoramento de vetores e controle da malária;
- Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
- Programa de gestão socioambiental integrada;
- Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
- Programa de monitoramento sísmológico;
- Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa apoio ao turismo sustentável de Ferreira Gomes;
- Programa de reforço da infraestrutura municipal;
- Programa fortalecimento de fornecedores locais;
- Programa apoio aos agricultores familiares e comunidade ribeirinhas;
- Programa apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais Projetos em andamento:

- Programa de monitoramento da qualidade de água;
- Programa de monitoramento de macrófitas;
- Programa de monitoramento ictiofauna e invertebrados aquáticos;
- Programa de monitoramento hidrossedimentológico e meteorológico;
- Programa de recuperação de áreas degradadas;
- Programa de monitoramento meteorológico;
- Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
- Programa de controle ambiental da obra;
- Programa monitoramento fauna;
- Programa de comunicação social;
- Programa reforma, ampliação e adequação da unidade mista de saúde do município de Ferreira Gomes.

Comentário do Desempenho

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03 (três) anos. Em 05 de maio de 2016, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou aditivo contratual, prorrogando os serviços pelo período de 02 (dois) anos, com término previsto em 31 de dezembro de 2018.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para os trimestres findo em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída e controlada direta da Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045. Foi destinado ao Ambiente de Contratação Regulado – ACR o limite mínimo de 69% da energia firme, equivalente a 105 MW médios e 31% ao Ambiente Livre – ACL, equivalente a 39,9 MW médios. Os contratos de venda (ACR e ACL) são indexados pelo IPCA. O preço de venda médio atualizado, data base junho de 2018, no ambiente ACR (R\$/ MWh) é de R\$ 109,39 e, no ambiente ACL (R\$/MWh) é de R\$ 183,14.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Íncio da operação comercial	Íncio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para conclusão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 13 de agosto de 2018.

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis intermediárias nos próximos períodos divulgadas, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros; Contas a receber de clientes (Nota 7); Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10); Provisões para contingências (Nota 17).

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritos na nota explicativa nº 3 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção das modificações descritas abaixo.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes é efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas informações contábeis intermediárias.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.1 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocação do preço às obrigações ontidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 21, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, conforme descrito na nota 21.

Notas Explicativas

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas informações contábeis intermediárias do período comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das informações contábeis intermediárias.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos

Notas Explicativas

contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Administração da Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

A Companhia entrou em operação comercial em 2015, e ainda não possui histórico de perdas. Para o período de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, nos ambientes ACR e ACL e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados, considerando as garantias existentes nos contratos de venda de energia e por parte do faturamento ser decorrente de vendas para sua controladora.

• Contabilidade de hedge (Hedge accounting)

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de hedge, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A Companhia não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil e, portanto, não haverá impactos da adoção do CPC 06 (R2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/06/2018	31/12/2017
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	6.904	2.675
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Até 20% do CDI	5	83
Certificados de depósitos bancários	De 88,33 a 100% do CDI	14.567	15.779
		<u>21.480</u>	<u>18.541</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras de liquidez imediata refere-se aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional, e possuem liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	30/06/2018	31/12/2017
<u>Títulos e valores mobiliários</u>				
Aplicação pós fixada	BNDES	De 90% até 97% do CDI	19.361	36.931
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 90% até 97% do CDI	20.622	15.006
			39.983	51.937

Este saldo refere-se a garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, quando necessário, para complementação de ICSD. E, também a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

Em 31 de dezembro 2016 a Companhia detinha, na conta Reserva do BNDES, o valor correspondente a seis vezes o valor das parcelas seguintes para que pudesse cumprir uma exigência contratual devido ao não atingimento do ICSD no período. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atingiu o índice, desse modo, no período de 2018 pode, após autorização do BNDES, resgatar o valor correspondente a três vezes o valor da próxima parcela.

Em 29 de junho de 2018, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 9.500 na conta reserva Debêntures de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de emissão das debêntures, conforme determina a cláusula Décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

7 Contas a receber de clientes

O saldo em 30 de junho de 2018 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de maio e junho, e que serão recebidos em 3 parcelas decendiais a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Notas Explicativas

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.898	11.998
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	10.887	19.265
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		34.753	17.400
		57.538	48.663

8 Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	1.029	68
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	2.296	1.335
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	12.359	12.993
	12.359	12.993
	14.655	14.328

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016. O início do pagamento do prêmio será a partir de 1º de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044 (data de término do suprimento dos CCEARs).

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear do prêmio de seguro do risco hidrológico. O registro consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de Energia comprada para revenda no resultado. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 30 de junho de 2018 é de R\$ 13.626 segregado entre circulante e não circulante.

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	30/06/2018	31/12/2017
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	2.101	3559
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	658	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	136	136
	<u>3.209</u>	<u>4.009</u>

Passivo circulante

<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	46	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	292	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13	8
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	119	107
Imposto sobre Serviços - ISS	157	160
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.424	2.431
Programa de Integração Social - PIS	336	71
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.549	331
Outros	46	23
	<u>4.982</u>	<u>3.131</u>

Notas Explicativas

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Resultado tributável acumulado
a) Prejuízo fiscais por exercício	
Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
Exercício findo em 2016	(14.826)
Exercício findo em 2017 - consumo diferido	5.459
Período findo em 30 de junho de 2018	1.388
	(36.915)

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Administração, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do IRPJ e CSLL diferidos até 2023. Veja mapa da movimentação dos tributos diferidos abaixo:

	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2017	Utilização de Tributo Diferido no período de 2018	Saldo de Tributo Diferido em 30/06/2018
b) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(38.303)	1.388	(36.915)
Imposto de renda diferido	9.576	347	9.229
Contribuição social diferido	3.447	125	3.322
	13.023	472	12.551

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até período findo em 30 de junho de 2018 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de junho de 2018:

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2018
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,07%	808.607	-	(5.017)	803.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	602.022	49	(873)	601.198
Veículos	9,62%	416	-	-	416
Móveis e utensílios	6,24%	2.432	-	-	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.570.831	49	(5.890)	1.564.990
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(53.429)	(8.632)	326	(61.735)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(10.624)	(1.723)	-	(12.347)
Máquinas e equipamentos		(48.027)	(8.310)	19	(56.318)
Veículos		(343)	(20)	-	(363)
Móveis e utensílios		(464)	(76)	-	(540)
Total da depreciação acumulada		(112.887)	(18.761)	345	(131.303)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.457.944	(18.712)	(5.545)	1.433.687
Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		258	32.751	-	33.009
Veículos		189	-	(48)	141
Adiantamento a fornecedor		5.293	196	-	5.489
Depósitos judiciais		2.775	574	-	3.349
Total do ativo imobilizado em curso		8.515	33.521	(48)	41.988
Total do imobilizado		1.466.459	14.809	(5.593)	1.475.675

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 30/06/2018
Intangível em serviço				
Uso do bem público	3,18%	11.769	-	11.769
Software	20,22%	732	-	732
Outros intangíveis	13,29%	963	-	963
Total intangível em serviço		13.464	-	13.464
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(1.187)	(187)	(1.374)
Software		(449)	(74)	(523)
Outros intangíveis		(764)	(64)	(828)
Total amortização		(2.400)	(325)	(2.725)
Total do intangível		11.064	(325)	10.739

Notas Explicativas

Em relação ao “Uso do bem público”, conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		1.854	1.801
Materiais e serviços		2.203	2.256
Mercado de curto prazo - CCEE		15.071	-
Compra de energia - partes relacionadas	18.1	5.738	28.795
Total		24.866	32.852

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	30/06/2018			31/12/2017			
	Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.771	634	15.405	14.723	700	15.423
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.846	251	6.097	5.827	277	6.104
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	660	28	688	657	32	689
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	114	24.819	24.706	136	24.842
BNDES - Subcrédito E	TJLP	111	4	115	35	1	36
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	5.572	804	6.376	2.894	721	3.615
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total		50.106	1.835	51.941	47.283	1.867	49.150
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	174.785	-	174.785	181.586	-	181.586
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	69.179	-	69.179	71.870	-	71.870
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	7.805	-	7.805	8.109	-	8.109
BNDES - Subcrédito D	2,5%	86.466	-	86.466	98.819	-	98.819
BNDES - Subcrédito E	TJLP	1.325	-	1.325	433	-	433
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	287.708	-	287.708	286.552	-	286.552
(-) custo de captação - a amortizar		(14.042)	-	(14.042)	(14.821)	-	(14.821)
Total		613.226	-	613.226	632.548	-	632.548
Total geral		663.332	1.835	665.167	679.831	1.867	681.698

Notas Explicativas

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de junho de 2018 foram liberados R\$ 469.783. O contrato de longo prazo tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma:

- (i) juros 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031;
- (ii) juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022, e
- (iii) TJLP (referente ao subcrédito E) sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de dezembro de 2017 e a última será em 15 de abril de 2031.

Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES foram incorporados ao principal, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 ao principal da dívida.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

•Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;

Notas Explicativas

- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreenderam o período de carência. Durante o período de carência a Companhia desembolsou o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% foram incorporados ao valor principal da dívida., O montante incorporado ao principal foi de R\$ 37.058. Em 15 de dezembro de 2017 ocorreu a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 30 de junho de 2018 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para a escritura de debêntures, mediante depósito na conta reserva conforme divulgado na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/06/2018
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A	197.007	-	8.420	(7.373)	(7.866)	190.188
BNDES - Subcrédito B	77.973	-	3.332	(2.917)	(3.113)	75.275
BNDES - Subcrédito C	8.801	-	376	(330)	(351)	8.496
BNDES - Subcrédito D	123.662	-	1.457	(12.353)	(1.480)	111.286
BNDES - Subcrédito E	469	1.002	32	(37)	(26)	1.440
3º emissão de debêntures	290.167	-	14.531	(1.476)	(9.138)	294.084
(-) custo de captação - a amortizar	(16.381)	-	779	-	-	(15.602)
Total	681.698	1.002	28.927	(24.486)	(21.974)	665.167

	31/12/2016	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2017
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A	209.522	-	18.704	(14.651)	(16.568)	197.007
BNDES - Subcrédito B	82.927	-	7.402	(5.799)	(6.557)	77.973
BNDES - Subcrédito C	9.360	-	836	(654)	(741)	8.801
BNDES - Subcrédito D	148.392	-	3.405	(24.704)	(3.431)	123.662
BNDES - Subcrédito E	-	471	2	(3)	(1)	469
3º emissão de debêntures	278.380	-	27.398	(1.161)	(14.450)	290.167
(-) custo de captação - a amortizar	(17.941)	-	1.560	-	-	(16.381)
Total	710.640	471	59.307	(46.972)	(41.748)	681.698

c. Em 30 de junho de 2018, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Principal	38.731	77.205	77.077	74.931	359.324	627.268
(-) custo de captação a amortizar	(789)	(1.569)	(1.565)	(1.565)	(8.554)	(14.042)
	<u>37.942</u>	<u>75.636</u>	<u>75.512</u>	<u>73.366</u>	<u>350.770</u>	<u>613.226</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversão	30/06/2018
Máquinas e equipamentos	10.088	-	(22)	(1.470)	8.596
Montagem	13.235	32.382	-	(3.753)	41.864
Obras civis	4.068	-	(269)	(322)	3.477
Total	27.391	32.382	(291)	(5.545)	53.937

Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação e reconhecidas contabilmente, para as quais ainda não houve desembolso financeiro. Os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma e, conforme a evolução desses eventos, essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, cuja contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

Adicionalmente compõem esses valores provisões que estão sendo discutidas em caráter jurídico conforme comunicação ao mercado divulgado pela Companhia em 02 de agosto de 2018.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2017	Pagamentos	30/06/2018
Passivo circulante	3.780	(1.133)	2.647
Passivo não circulante	734	-	734
Total	4.514	(1.133)	3.381

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de junho de 2018. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

17 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Trabalhistas: 30 processos judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.376.

Notas Explicativas

(ii) Demandas Cíveis: 01 (um) processo de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 23.

(ii) Demanda Administrativa: 01 (um) processo de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 20.

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de junho de 2018 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: atualmente existe 01 processo administrativo de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 4.576, com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

Processo Administrativo nº 109000001100000354/2017-19, trata-se de cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota e ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida.

(ii) Demandas Cíveis: atualmente existem 08 processos judiciais de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 2.271, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006 proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.258.

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existem 11 processos judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 2.742, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iv) Demandas Ambientais: existem 04 quatro Autos de Infração com probabilidade de perda possível, melhor descritos abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Notas Explicativas

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000.

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000.

(v) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em 01 (um) processo de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400. Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.251.

18 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 30 de junho de 2018, os saldos em aberto na data-base das informações contábeis intermediárias provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Notas Explicativas

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante - partes relacionadas		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	5.261	19.265
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.813	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.813	-
	10.887	19.265
Passivo circulante - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	5.738	28.795
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	2.609	2.609
Serviços Tomados - AF Energia S.A	383	-
	8.730	31.404

Passivo não circulante - partes relacionadas

Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	-	16.000
	-	16.000

	30/06/2018	30/06/2017
Receita - partes relacionadas		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	31.750	30.913
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	536	4.621
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	165	178
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.813	920
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.813	995
	38.077	37.627
Custo - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	5.738	12.132
Serviços Tomados - AF Energia S.A	1.680	-
	7.418	12.132

- a. A Companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A. Até 31 de dezembro de 2017 o montante recebido era de R\$ 16.000. Esse montante foi integralizado em 16 de janeiro de 2018.

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2018
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	385.244
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FGO 0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/12/2018	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	294.084
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	01/07/2019	3.483	-

Notas Explicativas

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 30 de abril de 2018 e em 28 de abril de 2017, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 791.081.

Em 16 de janeiro de 2018 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 16.000 (mediante subscrição de 16.000 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 791.081 para R\$ 807.081.

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 dezembro de 2017 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	30/06/2018	31/12/2017
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	791.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	<u>807.080.529</u>	<u>791.080.529</u>

Notas Explicativas

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

20 Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Numerador				
Lucro (prejuízo) do período	3.796	8.599	(2.284)	3.849
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	805.658.307	785.920.129	807.080.529	787.489.507
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,005	0,011	(0,003)	0,005

21 Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As características e critérios de mensuração das receitas da Companhia estão apresentadas abaixo: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (a) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e b) no Ambiente de Contratação Regulada –

Notas Explicativas

ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita Bruta					
Suprimento de energia - ambiente regulado		49.473	47.927	24.176	23.767
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	38.077	37.627	15.959	15.538
Ajuste positivo CCEE		28.173	20.000	25.032	15.173
		115.723	105.554	65.167	54.478
Deduções					
PIS - Programa de integração social		(2.021)	(1.661)	(1.079)	(809)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(9.307)	(7.652)	(4.968)	(3.727)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.030)	(948)	(582)	(488)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(323)	(322)	(162)	(161)
		(12.681)	(10.583)	(6.791)	(5.185)
Receita operacional líquida		103.042	94.971	58.376	49.293

22 Custos e despesas operacionais

	Nota	Acumulado findo em				Trimestre findo em			
		30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis									
Encargos de uso da rede elétrica		(9.629)	-	(9.908)	-	(4.827)	-	(4.931)	-
Compensação financeira		(4.167)	-	(2.947)	-	(3.307)	-	(1.895)	-
Utilização do Bem Público - UBP		(187)	-	(187)	-	(93)	-	(93)	-
		(13.983)	-	(13.042)	-	(8.227)	-	(6.919)	-
Custos gerenciáveis									
Doações, contribuições e subvenções		(82)	-	(74)	-	(40)	-	(37)	-
Energia elétrica comprada para revenda		(24.490)	-	(3.658)	-	(20.909)	-	(4.792)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	18.1	(5.738)	-	(12.132)	-	(5.738)	-	(5.732)	-
Seguros		(1.824)	-	(1.213)	-	(841)	-	(567)	-
Aluguéis		(36)	(224)	(39)	(272)	(18)	(92)	(1)	(140)
Pessoal		(337)	(62)	(540)	(69)	(159)	(25)	(333)	(36)
Material		(151)	(2)	(170)	-	(82)	(1)	(77)	-
Serviços de terceiros		(938)	(813)	(1.279)	(1.331)	8	(475)	(869)	(741)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	18.1	(1.680)	-	-	-	(1.260)	-	-	-
Provisão para contingências		(128)	-	(747)	-	(25)	-	(811)	-
Outros tributos e taxas		(656)	(34)	(305)	(29)	(560)	(13)	(207)	(10)
Outras receitas		-	-	-	23	-	-	-	23
		(36.060)	(1.135)	(20.157)	(1.678)	(29.624)	(606)	(13.426)	(904)
Depreciação e Amortização		(18.700)	(199)	(18.477)	(199)	(9.339)	(100)	(9.364)	(100)
Total		(68.743)	(1.334)	(51.676)	(1.877)	(47.190)	(706)	(29.709)	(1.004)

Notas Explicativas

23 Resultado financeiro

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.854	2.421	877	1.338
Juros s/ faturas a receber em atraso	28	25	25	(53)
Outras receitas financeiras	120	72	47	61
	2.002	2.518	949	1.346
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(28.927)	(30.356)	(14.051)	(13.626)
Outras despesas financeiras	(1.434)	(183)	(176)	(60)
	(30.361)	(30.539)	(14.227)	(13.686)
Resultado financeiro	(28.359)	(28.021)	(13.278)	(12.340)

24 Imposto de renda e contribuição social

	Acumulado findo em				Trimestre findo em			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.606	4.606	13.397	13.397	(2.798)	(2.798)	6.238	6.238
(-/+ Adições e/ou exclusões	21	21	754	754	(83)	(83)	818	818
Base de cálculo IRPJ e CSLL	4.627	4.627	14.151	14.151	(2.881)	(2.881)	7.056	7.056
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(1.388)	(1.388)	(4.245)	(4.245)	865	865	(2.117)	(2.117)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	3.239	3.239	9.906	9.906	(2.016)	(2.016)	4.939	4.939
IRPJ (15%)	486	-	1.486	-	(302)	-	741	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	312	-	978	-	(208)	-	486	-
(-) Incentivo Fiscal (SUDAM)	(751)	-	-	-	472	-	-	-
CSLL 9%	-	292	-	892	-	(181)	-	445
Total dos tributos correntes	47	292	2.464	892	(38)	(181)	1.227	445
Tributos diferidos	347	125	1.061	382	(216)	(78)	529	191
Total dos tributos diferidos	347	125	1.061	382	(216)	(78)	529	191
Total dos tributos	394	416	3.525	1.274	(254)	(259)	1.756	635
Alíquota efetiva	17,59%		35,82%		18,35%		38,33%	

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	30/06/2018		31/12/2017		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Equivalentes de caixa	14.572	14.572	15.862	15.862	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	39.983	39.983	51.937	51.937	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	57.538	57.538	48.663	48.663	Nível II	Custo amortizado
	112.093	112.093	116.462	116.462		
Passivo						
Fornecedores	24.866	24.866	32.852	32.852	Nível II	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	665.167	638.972	681.698	655.111	Nível II	Custo amortizado
	690.033	663.838	714.550	687.963		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados;
- Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
- 3º emissão de debêntures: Considera-se que os saldos contábeis das debêntures aproximam-se dos seus valores justos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2018.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 30 de junho de 2018, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Notas Explicativas

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de junho de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/06/2018 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	293.280	2,03%	3,04%	4,05%	5,06%	6,08%
				25.298	28.460	31.622	34.783	37.945
BNDES subcrédito (A, B, C e E)	TJLP +	2,34%	274.482	3,30%	4,95%	6,60%	8,25%	9,90%
				15.693	20.328	24.963	29.598	34.232

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Notas Explicativas

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	24.866	-	-	-	-	24.866
Provisão para constituição de ativos	21.555	-	-	-	-	21.555
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.164	39.777	75.760	211.818	325.648	665.167
Total	58.585	39.777	75.760	211.818	325.648	711.588

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.941)	(49.150)
Não circulante	(613.226)	(632.548)
Dívida total	(665.167)	(681.698)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	61.463	70.478
Dívida líquida	(603.704)	(611.220)
Patrimônio líquido	862.073	842.277
Índice de endividamento líquido	0,70	0,73

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de junho de 2018.

Notas Explicativas

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.523.951	1.884	18/12/2018
Risco de responsabilidade civil geral	300.000	166	18/12/2018
Seguro garantia judicial	1.943	45	04/01/2022
Total	1.825.894	2.095	

28 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ferreira Gomes Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A.

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 13 de agosto de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2018.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 13 de agosto de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de junho de 2018.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico